

Faria defende-se dizendo que fez IPC crescer 26%

Brasília — Gilberto Alves

BRASÍLIA — “Estou levando pancada de todo lado, mas tudo o que fiz faria de novo. Acusam-me de desfalque, mas o IPC cresceu 26% durante minha gestão”, afirmou o deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ) após o discurso de 40 minutos que fez na Câmara, tentando defender-se da acusação de ter feito operações fraudulentas com o dinheiro do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), no período em que o presidiu.

Faria disse que nunca viu “concentração de infâmias e calúnias tão grande” e que é vítima de uma orquestração adversários políticos. Informou ter contratado a Bianchesi, empresa que presta serviços ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal e outras 14 instituições financeiras, para acompanhar a auditoria nas contas de sua gestão no IPC. Embora a auditoria não tenha sido concluída, o deputado afirmou que o relatório da Bianchesi o inocenta.

O ex-presidente do IPC anunciou ter contratado o advogado Reinaldo Reis para, numa etapa posterior, examinar a possibilidade de processar jornais por calúnia. “Tenho 18 declarações de parlamentares que foram citados na imprensa fazendo afirmações que me garantiram não ter feito”, disse, citando o atual presidentej do IPC, senador Ruy Bacelar (PMDB-BA), e o presidente em exercício da Câmara, deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE).

No discurso que fez da tribuna da Câmara, Gustavo de Faria protestou por ter tomado conhecimento da realização de auditoria no IPC pela imprensa. “Se tivessem me chamado, eu teria explicado tudo”, afirmou.

Caixa 2 — O interventor do Banco Central em duas empresas que negociaram com o IPC, Antônio Roberto Nóbrega Telles de Menezes, confirmou, em depoimento prestado ontem, a suspeita de fraude e de desvio de recursos da instituição, nas operações financeiras realizadas com as corretoras Ética e Credimusn. Telles de Menezes não-



Faria: infâmias e calúnias

descartou a possibilidade de todas as empresas envolvidas nas operações financeiras realizadas pelo IPC terem um caixa 2. Afirmou, também, que o fato de o IPC ter operado apenas com títulos ao portador pode ter sido um expediente para sonegar imposto.

O senador Ruy Bacelar acatou uma sugestão de Telles Menezes e solicitou ao Banco Central a realização de auditoria em todas as empresas envolvidas em negociações com o IPC — além das duas citadas, a Rural e Colonizadora S.A., a corretora HP e a Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais (Fundasemg).

Na próxima semana, a comissão de inquérito do IPC ouvirá novamente o deputado Gustavo de Faria e os outros integrantes da antiga direção: senador Odacir Soares (PFL-RO), ex-vice-presidente; senador João Lobo (PFL-PI), ex-tesoureiro; e Arnaldo Gomes, ex-diretor-executivo. Após os depoimentos, será encaminhado relatório final à Mesa da Câmara.